Do cano de fuzil ao cano d’água: Uma análise generificada da violência infraestrutural na Palestina[[1]](#footnote-1)

Giovanna Lucio Monteiro (IESP-UERJ/RJ)[[2]](#footnote-2)

Palavras-chave: Palestina, Gênero, Violência Infraestrutural

# INTRODUÇÃO

Saara[[3]](#footnote-3) respira e segura o choro enquanto me conta sobre como Israel "faz de  
tudo para tornar a nossa [palestinos] vida impossível". Ela é uma mulher brasileiro-  
palestina de meia idade que se mudou para Ramallah há mais de vinte anos e  
trabalhou como guia turística durante toda a sua vida. Ao longo das três conversas  
que tive com Saara ela me contou orgulhosamente sobre a luta e a resistência  
dos e das palestinos e palestinas, mas suas certezas pareciam se esvair ao falar  
sobre as dificuldades na vida no dia a dia: a violência nos checkpoints, o ir e vir  
controlado por uma documentação extremamente difícil de conseguir, a água que  
chega apenas uma vez na semana e constrói toda uma vida em função da água.  
Lilah, refugiada palestina vivendo hoje no Brasil, também se emociona ao contar  
que não vê sua filha há muito tempo por conta das documentações que a impedem  
de ir a sua terra de origem, a Palestina. Mas apesar disso, ela fica tranquila porque  
sabe que "lá Palestina é tranquilo em termos de segurança, não é que nem aqui  
[Brasil]". Sua filha, Hana, também considera a Palestina um lugar seguro porque  
onde ela mora [Ramallah] "não tem guerra como é em Gaza, é mais tranquilo. As  
vezes eles entram nas casas, prendem as pessoas, mas só se você ta envolvido com  
alguma coisa". Para ela, o mais difícil de viver na Palestina não é a guerra tão  
televisionada e denunciada internacionalmente, mas sim problemas do dia a dia como  
os documentos e algumas políticas públicas, segurança não é o maior dos problemas.  
Essas três mulheres conversaram comigo em diferentes momentos ao longo de 2021.

Essa pesquisa se baseia nas cinco entrevistas semi-estruturadas coletadas ao longo  
de um ano via videoconferência, em uma revisão bibliográfica sobre os estudos de  
gênero, infraestruturas e violência, além de uma análise documental acerca do sistema  
de águas e da rede de checkpoints na Palestina. A escolha das entrevistas online é  
motivada pela pandemia de COVID-19, que impediu o campo presencial mas também  
permitiu entrevistas com mulheres vivendo hoje na Palestina. Saara, Lilah e Hana  
são mulheres mais velhas, já com filhos e com uma relação estreita com a região de  
Ramallah, no coração da Palestina urbana. Todas fizeram faculdade, são casadas  
com homens palestinos e possuem uma família palestina, o que impacta fortemente  
na sua relação com a região.

A escolha por entrevistar mulheres perpassa por uma escolha de analisar o  
cotidiano da questão Palestina. Então, porque falar com mulheres se a violência é  
um fator central para a população palestina como um todo? Porque a violência tem  
um componente generificado central que aloca certas formas de violência como mais  
“masculinas” e outras como mais “femininas”, e consequentemente percebidas como  
menos importantes. A violência “masculina” é aquela da exceção, do Evento (DAS,  
2020) dos tanques, das armas, dos generais, dos heróis e dos mártires, é uma violência  
que conta a história de uma nação. A violência “feminina” é menos heroica e mais  
cotidiana, é percebida nas casas, nos corpos, nas relações (ENLOE, 2000).Nesse  
sentido, as mulheres percebem uma forma distinta de violência, não porque sua  
condição de mulher a leva a uma sensibilidade diferenciada, mas porque o lugar  
social que ela está na Palestina permite que questões vistas como menores ou menos  
importantes dentro da guerra mais ampla se tornem centrais, como a falta d’água, de  
redes de esgoto ou a enorme quantidade de checkpoints que separam muitas famílias.

Ao longo dessa pesquisa, defendo a hipótese que Israel busca perpetuar a  
ocupação sobre a Palestina através de transformação de infraestruturas urbanas,  
principalmente a rede de água, em infraestruturas de guerra, incorporando o conflito  
na vida cotidiana. Essas infraestrutura guardam em si diferentes temporalidades do  
conflito, permitindo que mesmo quando o exército não está fisicamente em algum  
lugar haja uma constante violência contra a população. Tenho um foco central na  
ocupação sobre a Cisjordânia, um recorte necessário pelo escopo do trabalho. Além  
disso, argumento também que essa violência rotinizada só poderia ser observada como  
algo central na questão palestina a partir da fala de mulheres. Isso porque essa forma  
de violência tem a sua invisibilidade como um princípio, ela é escondida, entremeada  
em canos, redes de esgoto, de elétrica, rodovias e postos de controle. Em sua grande  
maioria, essa violência faz parte do ambiente doméstico, não é espetacular, não  
chama atenção da mídia e é muitas vezes percebida como um problema relacionado à  
pobreza e não à guerra. Assim, as mulheres trazem à tona essas violências constituídas  
como invisíveis, produzindo uma outra forma de observar o conflito.

# A INCORPORAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO COTIDIANO

A ocupação dos territórios palestinos tem início em 1967 com a Guerra dos  
Seis Dias. Com essa "guerra preventiva" Israel expande seu território, retira as pessoas  
de suas casas, derruba bairros inteiro e coloca a Cisjordânia sob um governo militar  
que, de diferentes maneiras, perdura até os dias atuais. Com mão de obra palestina,  
a arquitetura das cidades foi transformada em outra colonial, um patchwork que  
recorta o território com muros, checkpoints e canos de água da *Mekorot*[[4]](#footnote-4). Ao longo  
desses 55 anos de ocupação uma série de acordos e discussões foram feitas para que  
ela tivesse fim. Os mais importantes deles para esse trabalho são os Acordos de Oslo,  
assinados em 1993 e 1995 e que renderam a Yitzak Rabin, Yasser Arafat e Shimon  
Peres o Nobel da Paz, além da reeleição de Bill Clinton. Os Acordos institucionalizam  
a Organização para Libertação da Palestina (OLP) como representante legítima do  
povo palestino e promete a criação de um Estado, ou seja, o fim da ocupação de  
forma gradual. Apesar da formação de um Estado palestino, pouco do acordado foi  
cumprido e a ocupação segue a pleno vapor. Desde o início, a ocupação modificou a  
paisagem com a expropriação de terras[[5]](#footnote-5), chegando a cerca de 52% e a construção de  
assentamentos judaicos. Os assentamentos são verdadeiros bairros judaicos em meio  
à Cisjordânia que são governados sob lei civil israelense. Mesmo sendo considerados  
ilegais pela Corte Internacional de Justiça, eles vêm crescendo ao longo dos anos,  
adentrando inclusive as áreas palestinas. Eles são construídos em meio a ilegibilidade  
do Estado israelense, principalmente porque a sua constituição se da, na maioria das  
vezes, em meio a negociações interpessoais com soldados também israelenses.

Os Acordos de Oslo vêm também para tentar manejar esse limbo jurídico  
dos assentamentos. Um das suas principais decisões é a separação da Cisjordânia  
em áreas que foram divididas entre Israel e Autoridade Palestina, nesse acordo  
os assentamentos judaicos somente poderiam ser instalados na Área C. Mas, os  
Acordos seguiram sendo descumpridos continuamente, principalmente através dessa  
ilegibilidade da ocupação. O exército que governa a Cisjordânia é composto por  
indivíduos que estão em um complexo entrelaçamento entre Estado e comunidade,  
implementando regras ilegais se utilizando do poder do Estado. Veena Das (2020)  
diz que as pessoas que implementam as regras também tem dificuldade de lê-las (p.  
231), mas no caso israelo-palestino há também uma falta de interesse em lê-las com o  
objetivo de tornar à posteriori o ilegal legal a partir de negociações, usando o estado  
de emergência como justificativa. Quando esse estado de emergência não é exceção e  
sim regra, como ela também afirma ao falar sobre algumas comunidades que estuda, é nessa negociação que o poder do Estado é produzido. Nessas negociações e em meio  
à ilegibilidade, a ocupação consiste no controle direto do território da Cisjordânia.

Atualmente, esse território de 5.655km possui uma população de cerca de 3  
milhões de pessoas, sendo 305 mil colonos israelenses, é governada pela Autoridade  
Palestina e o centro político do Estado palestino. A área A está sob controle militar  
da AP e consiste em 18% do território, incluindo as cidades de Ramallah, Nablus,  
80% de Hebon, Jericó, Belém, Jenin, Tulkaren e Qalendia. A área B é dividida entre  
o controle civil da AP e militar de Israel, com 22% do território. Já a área C sob  
domínio civil e militar de Israel consistia em 72% da Cisjordânia na primeira fase.  
Durante as negociações do Memorando de Wye River, entre a AP e o governo de  
Israel, ficou decidido que Israel se retiraria de 13% desse território, transformando  
essa totalidade para cerca de 60% da Cisjordânia. Israel se retirou de apenas 2%  
que foram retomados (WEIZMAN, 2012; ACORDOS DE OSLO, 1995). Retornando  
para Israel depois das negociações em Maryland, o ministro de relações exteriores  
Ariel Sharon declarou em entrevista a uma rádio que "todo mundo tem que se mover,  
correr e agarrar o máximo de morros que puder para ampliar os assentamentos,  
porque tudo o que levarmos agora será nosso, tudo o que não pegarmos irá para  
eles"(WEIZMAN, 2012, p.3).

Além da divisão do território em áreas, a Cisjordânia ainda é cortada pelo  
Muro, uma parede de concreto de 8 metros de altura que perpassa todo o território,  
passando não apenas pelas fronteiras, mas recortando cidades ao meio e inutilizando  
grandes áreas propícias a agricultura. O Muro se une aos checkpoints fixos e móveis,  
barreiras rodoviárias, pontos de verificação e torres de controle. As estradas se  
dividem entre aquelas proibidas e permitidas para os palestinos, além de toda a  
margem do rio Jordão que é proibida por ser uma "zona de segurança" israelense.

Weizman (2002) e Mbembe (2003) analisam a ocupação da Palestina como  
uma forma de colonização contemporânea. Mbembe (2003) afirma que Israel produz  
o seu necropoder a partir do controle do espaço com uma fragmentação territorial,  
proibição de acesso a algumas zonas e expansão constante dos assentamentos que  
estabelecem uma segregação "à moda do Estado de apartheid"(p.43) em que "os  
territórios ocupados são divididos em uma rede complexa de fronteiras internas e  
várias células isoladas"(idem). Para Weizman (2012) essa divisão faz parte de uma  
geografia elástica israelense, que busca constantemente reorganizar fronteiras. Para o  
autor, e em consonância com Mbembe (2003), essa micro-divisão do território promove  
uma arquitetura de guerra que impede a reprodução da vida e permite a expansão  
de Israel. No mesmo sentido, porém pensando a cidade com uma centralidade maior,  
Graham (2002) alega que Israel promove um urbicídio sobre as cidades palestinas  
com o objetivo de expulsar os palestinos e se expandir. Os três autores trazem  
um debate importante para a questão da ocupação: a centralidade do urbano e a intencionalidade israelense ao modificar esse urbano em prol da sua expansão. Nesse sentido, argumento a partir de Larkin (2020) que as invisibilidades das infraestruturas urbanas são mobilizadas para a continuidade do conflito.

Com infraestruturas eu quero dizer uma rede de sistemas de organização e  
articulação do espaço e da vida da população palestina, com ênfase na (i)mobilidade  
pelo território e pela infraestrutura de água. Elas se tornaram o foco desse trabalho  
por terem sido ressaltadas pelas interlocutoras e por nos ajudarem a perceber uma  
série de violências já rotinizadas no cotidiano (GOMES, 2016). Elas também unem  
temporalidades, elementos semióticos e estéticos que nos ajudam a compreender a  
lógica da ocupação (LARKIN, 2020; MBEMBE, 2003). A temporalidade se torna  
central porque "dilui" a violência ao longo do tempo. Nesse sentido, o conceito de  
Slow Violence de Rob Nixon é caro a esse trabalho por pensar uma violência que:

que ocorre gradualmente e fora de vista, uma violência de des-  
truição retardada que se dispersa no tempo e no espaço, uma  
violência de atrito que normalmente não é vista como violência. A  
violência é habitualmente concebida como um evento ou ação que  
é imediata no tempo, explosiva e espetacular no espaço, e irrompe  
em uma visibilidade sensacional instantânea. Precisamos, acredito,  
envolver um tipo diferente de violência, uma violência que não é  
espetacular nem instantânea, mas sim incremental e acretiva, suas  
repercussões calamitosas ocorrendo em uma variedade de escalas  
temporais. Ao fazê-lo, também precisamos enfrentar os desafios  
representacionais, narrativos e estratégicos colocados pela relativa  
invisibilidade dessa Slow Violence (NIXON, 2011, p. 2)

Já os elementos estéticos recorrem constantemente a metáfora do alto para  
representar a subjugação palestina. A monumentalidade do Muro expõe o estado de  
exceção mas esconde a violência do cotidiano. Nesse sentido, penso as infraestruturas  
como uma maneira de analisar diferentes escalas do conflito: da sua excepcionalidade  
ao cotidiano das mulheres que entrevistei. Assim, para além da ilegalidade da  
ocupação, ela busca impossibilidade a continuidade e a reprodução da vida palestina  
no território, produzindo uma vida precária (BUTLER, 2019). A alocação dessa  
condição precária é racializada e conversa com a ideia de necropolítica porque algumas  
população são constituídas como alvo de políticas que são instrumentalizadas para a  
morte. A colonização neoliberal israelense (HUBERMAN, 2020) então transforma  
políticas públicas em instrumentos de guerra que buscam impossibilitar a vida.

Essa ocupação apesar de constantemente denunciada e problematizada pelas  
interlocutoras, não é vista como parte da "guerra de verdade"e colocada como menos  
violenta dentro de uma hierarquia que é pautada pela violência vivida. A "guerra"não  
é uma condição permanente, mas sim aquilo que elas consideram estranho às suas  
experiências com violência. A ocupação, então, foi incorporada no "mapa mental do  
medo e da cidade"delas e se torna "principio estruturante da fenomenologia da vida cotidiana"(CAVALCANTI, 2008, p. 35). Pensando tiroteios a partir de uma etnografia  
no Rio de Janeiro, (CAVALCANTI, 2008) aponta que a possibilidade de um tiroteio  
a qualquer momento estrutura a vida nas favelas, porque reorganiza a rotina a partir  
da possibilidade deste. As noções de segurança e insegurança partem de uma "leitura  
do clima"e produz uma hermenêutica baseada em códigos que "combinam elementos  
significantes visuais e sonoros, jogos de presenças e ausências, performances quase  
ritualizadas, os ritmos da vida cotidiana e, é claro, o fluxo constante de rumores,  
fofocas e informações em geral” (p. 45). As pessoas relacionam imagens mentais de  
uma normalidade (que seria quando as coisas estão “tranquilas”) com as interrupções  
destas, que não necessariamente tem haver com a presença de armas ou da polícia,  
mas com as coisas estarem “fora do lugar” que deveriam estar (nessa imagem de  
normalidade). Essa construção não é apenas individual mas também coletiva, e leva  
em consideração mediações de mídia, relatos e comentários de segunda mão.

Das (2020) dialoga com essa ideia de antecipação mental da violência ao  
falar sobre a construção de uma ecologia do medo na vida cotidiana que organiza  
o "potencial"e o "virtual", mesmo que não se concretizem. Ela pauta, assim como  
Cavalcanti (2008), que a violência que é experienciada e a potencialidade dessa  
violência constroem o medo e organizam a vida das pessoas. Das (2020) foca, no  
entanto, em como as pessoas produzem sentidos a partir dessa ecologia do medo,  
enquanto Cavalcanti (2008) ressalta a forma como as pessoas organizam a vida  
a partir desses mapas. Assim, a noção de que mapas de medo são constituídos a  
partir de uma “leitura do clima” da região é central para compreender a aparente  
contradição nos relatos. Gaza é tida sempre como um lugar onde há guerra e muita  
resistência, e a região não é ocupada e constantemente sofre com investidas militares  
de Israel. Já na Cisjordânia, os locais “violentos” ou “seguros” são constituídos a  
partir dos mapas mentais construídos pelas interlocutoras, em que noções do que é  
violento ou não partem de uma percepção anterior do que é normal ou não. Soldados  
andando na rua e invadindo casas podem ser percebidos igualmente como violentos ou  
parte de uma normalidade a partir do mapa que foi construído. E aqui acredito que  
seja importante ressaltar que essas construções mentais não são somente individuais:  
elas ora se expandem para a coletividade - com a ideia de Gaza como violento sendo  
geral, por exemplo - ora individual - como a filha voltando andando pra casa sendo  
uma imagem de segurança.

Nessas imbricações entre o seguro e o inseguro, Simone Gomes (2016) pensa  
a categoria violência rotinizada a partir de seu trabalho de campo na Zona Oeste do  
Rio de Janeiro e em Guerreiro, México. Essa forma de violência ocorre principalmente  
em espaços periféricos, com transposições entre o legal e o ilegal, e majoritariamente  
urbanos, devido a imbricações entre pobreza, desigualdades e escassos investimentos  
públicos que abrem um vácuo de presença do Estado. Inicialmente (2016), a categoria foi pensada para tratar sobre as ações políticas de militantes nesses locais. A presença  
constante de atores como o tráfico e a milícia constituem uma atmosfera de medo e  
insegurança que desmobilizam organizações políticas e dificultam a construção de  
demandas coletivas.

Nesse sentido, a constância se torna central e ressalta a sensação de insegu-  
rança permanente que as ações truculentas dos atores geram. Apesar do tráfico e o  
Estado serem colocados como elucidadores da categoria, é possível transbordar a  
análise para o caso palestino. As ilegalidades e legalidades aqui se imbricam não em  
uma configuração paraestatal ou com as próprias forças do Estado agindo de forma  
ilegal, mas sim com Estados que tem seu território e suas legislações construídos  
dentro de um limbo e em meio a hierarquias de poder que tornam a questão ainda  
mais complexa. Com ordens que vem dos principais centros de tomada de decisão de  
Israel, o exército continua a ocupação que foi constantemente denunciada internaci-  
onalmente como ilegal. A própria construção da legislação de um Estado que sua  
origem se confunde com a guerra é utilizada para reforçar sua expansão territorial,  
como é o caso das escrituras de casas de palestinos que deixam de ser válidas para  
Israel porque eles fugiram durante alguma das guerras. A própria constituição do  
que é legal ou não adentra uma disputa de narrativas.

Mas essa rotinização não é um acaso. Não é somente através da construção  
dos mapas mentais que a violência é incorporada na rotina. Eles moldam a percepção  
de violência e insegurança dos indivíduos e coletividades, permitem a continuidade da  
vida e a incorporação de processos abusivos em uma rotina que se torna satisfatória  
ao longo do tempo. A assimilação dessa forma de violência permite a continuidade  
da vida, mas também a continuidade da ocupação. Se passarmos, então, do receptor  
dessa forma de violência para o agente dela conseguimos perceber que a ocupação na  
Palestina é constituída sobre processos que buscam ativamente “esconder” e rotinizar  
a violência como forma de desmobilizar a população e manter uma constante expansão  
do território e do controle israelense. Analiso no próximo tópico sobre como a violência  
da ocupação é rotinizada a partir da transformação de infraestruturas urbanas em  
infraestruturas de guerra.

# OS CANOS E A VIDA EM FUNÇÃO DA ÁGUA

Encanamentos e caixas d’água parecem infraestruturas urbanas que pouco  
tem a ver com guerras. Mas se a caixa d’água está em cima de algumas casas e outras  
não por uma diferença na distribuição de água, se são alvejadas constantemente por  
soldados e se a decisão sobre a construção de infraestruturas hídricas está nas mãos  
de um país ocupante percebemos que estas infraestruturas urbanas são mobilizadas  
para o conflito. Ao longo desse tópico pretendo explicitar como a rotinização da  
violência na vida de mulheres palestinas é composta principalmente pela mobilização  
dessas infraestruturas urbanas em prol da guerra. Trago o foco aqui para a rede  
de águas e a forma como está é mobilizada a ponto de controlar toda a rotina da  
população palestina. Apesar de outras infraestruturas urbanas serem mobilizadas  
pela guerra, coloco aqui o foco sobre a água por ela perpassar diferentes escalas da  
vida cotidiana e ter sido algo constantemente referenciado ao longo das entrevistas.

# Controle e infraestrutura hídrica

No começo dos anos 1990, os Acordos de Oslo institucionalizam a hidro-  
hegemonia israelense sobre as fontes de água (RUDOLPH, 2020). Apenas o Aquífero  
da Montanha[[6]](#footnote-6) é dividido, com 80% sendo mantido para Israel e 20% para a AP. O  
rio Jordão segue tendo o acesso proibido aos palestinos porque as zonas de segurança  
se mantém. À AP fica a responsabilidade de gerenciar o abastecimento da população  
palestina, ou seja, comprar a água de Israel e distribuir para a população palestina  
das áreas A e B principalmente, e a manutenção da infraestrutura existente de água.  
Nos locais em que não há encanamento ou precisa de manutenção, a AP também  
é responsável pelos caminhões pipas para abastecimento dos vilarejos ou bairros,  
mas na maioria dos casos esse abastecimento é feito por caminhões privados e por  
movimentações da própria população (RUDOLPH, 2020; INTERNACIONAL, 2009).

Atualmente, a infraestrutura de águas palestinas e israelenses na Cisjordânia é  
administrada por um corpo que une ministérios, agências conjuntas e empresas. A di-  
visão desse sistema é feita em quatro fases: Planejamento (políticas, desenvolvimento  
e regulação), fornecimento, distribuição e consumo. Na primeira fase, O Comitê  
Conjunto de Águas (JWC) analisa os pedidos de permissões para administração de  
poços, construção de novos e a extração geral do Aquífero da Montanha e da reserva  
de águas das chuvas[[7]](#footnote-7). O comitê foi criado durante Oslo II e deveria ter duração de  
apenas 5 anos para fazer a transição dessa administração para os palestinos. Na  
prática, ele continuou existindo sem nenhuma previsão de mudança e Selby (2013)  
analisou que até 2013 todos os pedidos israelenses foram aprovados pela Autoridade  
Palestina para as Águas (PWA) enquanto Israel vetou todos os pedidos de novos  
poços e atrasou as obras de manutenção e restauração aprovadas. Se somando a  
essa assimetria, mesmo quando aprovados pelo JWC, qualquer projeto na área C  
pode ser vetado pelo governo militar da ocupação, com a imposição de burocracias e  
violências ao longo de todo o processo.

A PWA também aprova e regulamenta questões relacionadas a água no sistema palestino, mas de forma subordinada ao JWC e em diálogo com o Ministério de Agricultura (MOA) e o Ministério de Governança Local (MOLG). A segunda fase, de fornecimento, se organiza a partir de quatro meios: poços privados de agricultores, que armazenam águas das chuvas e são utilizados para irrigar plantações ou poços privados que ainda não foram contaminados desde as medições em 1967; poços e nascentes administrados por municipalidades; poços da PWA, que fornecem a distribuição principalmente para as cidades; poços da WBWD, mas que em sua maioria estão contaminados por serem muito antigos; e a \textit{Mekorot} que possui alguns poços mas que também vende para a PWA. Na fase de distribuição, a parte urbana é contemplada principalmente pela Empresa de Águas de Jerusalém (JWU) e pela Autoridade de Abastecimento de Águas e Esgoto (WSSA), já nas áreas rurais, são conselhos municipais e pessoas privadas que cuidam da distribuição.

Esse controle e a complexa assimetria de não-cooperação produzem impactos na rotina dos, e principalmente das, palestinos e palestinas. Devido às restrições com relação aos recursos hídricos, a população que era majoritariamente rural e que ganhava a vida com a agricultura passa a buscar emprego em Israel como trabalhadores pouco qualificados, o que aprofunda a dependência econômica da Palestina (HUBERMAN, 2020; RUDOLPH, 2020, INTERNACIONAL, 2009). Além disso, geram uma série de inseguranças hídricas para a população. De acordo com Rudolph (2020), os principais impactos do controle do acesso à água estão relacionados a qualidade, distância e tempo de coleta, preço e acessibilidade, disponibilidade e confiabilidade, e segurança (sendo esta um resultado específico da ocupação). Essas inseguranças constroem uma vida "função da água", que tem um impacto significativo sobre a vida de mulheres.

# A vida em função da água

Na minha cidade, por exemplo, a gente só recebe água uma vez  
por semana e por algumas poucas horas ta? Então no dia que vem  
a água você tem que passar o dia em função da água, você não  
pode ir pro trabalho...(trecho retirado de entrevista com Saara)

A ideia de construção de uma rotina em "função da água" parte dessa fala de  
Saara ao me responder sobre os problemas decorrentes dos Acordos de Oslo. Em  
seguida, ela me descreve como ela precisa organizar sua rotina nos dias em que a água  
chega: lavar a roupa, lavar as escadas, molhar as plantas, limpar as janelas, lavar  
o cabelo. Tudo deve ser feito enquanto a água está na cidade. Os tanques também  
devem ser cheios durante esse tempo, pensando sempre a relação de custo/benefício  
que a necessidade de uma bomba causa. Todos esses cálculos sobre o que fazer  
durante as sete horas de água por semana que Saara tem em sua casa são feitos  
por ela. Nesse período, "não tem como você sair de casa [...] você fica preso ali", e durante todos os outros dias da semana, cálculos tem que ser feitos para a água não  
faltar para o resto da família. Durante o verão, o tempo da água é menor e a situação  
fica mais crítica. Essa busca constante por uma "cidadania hidráulica" Anand (2017),  
consiste na "capacidade de ser reconhecida pelas agências de serviços de água da  
cidade"(p. 8), e o reconhecimento de que ter e manter a água é um trabalho constante.  
A população precisa reivindicar primeiro que suas casas sejam conectadas à rede de  
água e depois que recebam essa água em uma quantidade, qualidade e pressão que  
tornem possível a sua utilização, mas para além disso, esse fornecimento sempre está  
sujeito às implicações da ocupação que não enxerga os palestinos como cidadãos.  
Mesmo quando toda a infraestrutura de água das casas está em pleno funcionamento,  
os tanques d’água são usados como alvo de treinamento pelas forças da IDF ou parte  
da rede é bombardeada por algum conflito, o que retorna as famílias à estaca zero.  
Nesse sentido, a questão aqui está menos relacionada com uma cidadania incompleta,  
como Anand (2017) coloca, e mais a uma dinâmica de dominação e colonização que  
impossibilita o fazer da vida. Mas como então as pessoas continuam vivendo?

# A busca pela água

Quando perguntei para Saara como ela fazia para lidar com a falta d’água  
ela me respondeu que armazenava em tanques. "Se você quiser eu te levo lá em  
cima para te mostrar os tanques que temos na laje da casa". Eu aceitei imaginando  
encontrar algo parecido com uma caixa d’água. Quando chegou no terraço, enormes  
tanques (1500l cada) de água fria e quente chamaram a atenção, com um sistema  
de encanamento que leva a água da rua para a laje por fora da casa. Os tanques de  
água quente, ainda, tem uma espécie de compressor na parte de baixo que ajuda  
a esquentar a água sem gastar tanta energia. Saara vive apenas com a sua família  
nuclear em sua casa, o marido e os dois filhos, e mesmo assim possui cinco tanques.  
Ela ainda está acima da média da região, Rudolph (2020) destaca que mesmo as  
quantidades armazenadas para a semana ainda são insuficientes para o consumo das  
famílias. Uma família de nove pessoas, uma média palestina, possui cerca de dois  
tanques de 1500l, e em uma semana comum consomem 95 lpdc, ainda abaixo do  
indicado pela OMS. Nos campos de refugiados, mesmo quando estão ligados à rede  
de água, ainda tem quantidades menores que nos bairros residenciais.

A chegada dessa água é fonte de grande incerteza, porque não se sabe ao certo o dia e o horário em que vai acontecer, em alguns locais sabe-se que acontece uma vez na semana, em outros nem isso. Uma mulher no campo de refugiados de *Aqbat Jaber* relata  
a Rudolph (2020) que "eu sei que vai chegar hoje ou amanhã [...] porque desde  
quinta passada não vem"(p. 34). Encher os tanques e garantir esse fornecimento e  
armazenamento de água também depende da localização e da pressão com que a  
água chega. Muitas casas conectadas à rede não conseguem encher seus tanques ou tem um fornecimento ainda mais intermitente, como é o caso do município de *Fasayil*  
em que somente uma família possui abastecimento da *Mekorot*, mesmo todas sendo  
ligadas a rede porque, de acordo com o pai, "nossa casa fica perto da tubulação  
principal, a localização é boa" (RUDOLPH, 2020, p.34). Saara também ressalta que  
a pressão vai diminuindo entre as cidades, quanto mais longe dos poços menor é a pressão e maior é a necessidade de bombas.

Quando não estão ligadas à rede de água, seja da *Mekorot* ou da AP, a busca  
pela água se torna ainda mais complexa. Envolve uma relação entre distância das  
fontes d’água, tempo de coleta, disponibilidade e preço (que é ainda mais elevado  
que o da água encanada) (RUDOLPH, 2020). Se a água não chega até as casas pela  
infraestrutura formal dos canos, as pessoas se transformam nessas infraestruturas ao  
buscar a água de diferentes maneiras (SIMONE, 2004; TRUELOVE; RUSZCZYK,  
2022). O uso de caminhões d’água se tornou comum porque ajuda a suprir esses vácuos  
na distribuição com maiores quantidades de água do que famílias individualmente  
buscando nas fontes. Mas comprar a água dessa fonte improvisada é ainda mais  
caro[[8]](#footnote-8) do que a água encanada:

Pagamos cerca de 30 shekels por 1,5 metros cúbicos (1500l) quando  
ele traz a água também para outras famílias. Se ele apenas encher  
nosso tanque, então ele pede talvez 50 ou 60 shekels porque ele  
deve vir até o fim só para nós. (RUDOLPH, 2020, p. 34)

No caso dessa família, eles compram a água de uma pessoa que possui um  
caminhão e cobra por esse fornecimento, um comércio que se tornou extremamente  
comum na região. Quando não tem a possibilidade de comprar essa água, as famílias  
encontram formas de buscá-la por conta própria. O caminho dessa busca pode ser  
tortuoso porque muitas vezes as estradas não são pavimentadas (então os caminhões  
tem que andar muito lentamente quando estão carregados) e os checkpoints criam  
obstáculos ao longo do caminho, que geram a necessidade de desvios para que a  
água não fique retida nas revistas. O gasto com combustível e as muitas horas  
que essa busca demanda (muitas vezes as fontes são muito longe) tem uma conta  
extremamente cara:

Temos que viajar muito para comprar água e trazê-la para a  
aldeia de caminhão-tanque. Com o custo do transporte a água  
custa 15 NIS por m3, o que é três ou quatro vezes o que custaria  
se tivéssemos uma ligação à rede de água ou um poço na aldeia.  
É inacessível (INTERNACIONAL, 2009)

Essas viagens tomam horas do dia e normalmente precisam ser feitas a cada  
três ou quatro dias porque capacidade de armazenamento dos caminhões é pequena. Isso significa que a cada três ou quatro dias uma das pessoas da casa precisa ficar  
responsável por encontrar uma fonte de água disponível, bombear a água dela,  
encontrar a melhor rota para voltar para casa (pensando nos checkpoints físicos  
e nos móveis), fazer o cálculo do combustível necessário[[9]](#footnote-9), deslocar essa água por  
estradas pouco pavimentadas e abastecer a residência, muitas vezes as famílias não  
possuem seus próprios caminhões ou tratores, então na lista de funções e de gastos  
também é adicionado o aluguel dele. No verão os intervalos de busca pela água são  
ainda menores devido ao calor e às maiores necessidades hídricas. É interessante  
perceber que essa busca pela água nos caminhões é majoritariamente feita pelos  
homens, principalmente quando as fontes são mais distantes. Quando são próximas,  
e o problema é apenas a falta de encanamento, as mulheres buscam a água em  
recipientes menores e muitas viagens, função mais comum nas áreas rurais mas que  
ainda existem nas cidades. A rotina, então, é construída a partir do tempo da água  
(ANAND, 2017). O orçamento familiar, as funções domésticas e até o tempo de  
trabalho ficam à mercê da disponibilidade de água e, consequentemente, de Israel.

Esse trabalho doméstico hídrico envolve um trabalho manual das mulheres  
para construir os ritmos e as rotinas da vida cotidiana. A precariedade da rede de  
água e a instabilidade no seu fornecimento faz com que a rotina das famílias dependa  
de alguém que esteja em casa, coletando a água e administrando o seu uso nas  
diferentes funções em que ela é essencial. Essa pessoa tem a responsabilidade não  
somente da busca pela água mas de pensar como com a pouca quantidade que se tem  
vai ser possível lavar, limpar, fazer comida e, de forma mais ampla, reproduzir a vida  
no cotidiano. Na maioria das vezes a pessoa que faz isso é uma mulher (ANAND,  
2017; TRUELOVE; RUSZCZYK, 2022). Truelove e Ruszczyk (2022) enquadra essa  
transformação dos corpos femininos em infraestruturas de água como um processo  
de *slow violence*, que:

reforça padrões de dano que são vivenciados pelo corpo como  
simultaneamente afetivos, estruturais, íntimos e contínuos. Isso  
inclui as violências ocultas das ordens sociais de gênero que mol-  
dam as práticas infraestruturais desiguais em primeiro lugar. Ou,  
além disso, os custos físicos e emocionais crônicos de longo prazo  
associados à busca e transporte de recursos como água, bem como  
a perda de vidas e oportunidades de renda que podem resultar  
do tempo dedicado ao trabalho diário em torno da infraestrutura.  
(TRUELOVE; RUSZCZYK, 2022)

Para as autoras, esse gerenciamento da água dentro das casas reforça a  
invisibilidade do trabalho feminino e reforça uma violência de gênero e infraestrutural, com as mulheres sendo transformadas em parte da infraestrutura geral a partir do trabalho doméstico. Já para Pierobon (2021) esse trabalho é atravessado por uma  
série de negociações multiescalares, que envolvem indivíduos, associações e o próprio  
Estado, numa imbricação entre o legal, o ilegal e a ilegibilidade estatal. A partir do  
trabalho de campo em uma ocupação do Rio de Janeiro, a autora ressalta que o  
gênero é central para analisar o enorme esforço que é feito para "manterem a vida  
social diante da instabilidade que caracteriza suas vidas"(p. 4) e também para borrar  
a fronteira entre o público e o privado, destacando a porosidade entre a construção  
da vida intima da sua interlocutora, as práticas do Estado e dos grupos armados  
que controlam esse território. Rudolph (2020) também destaca o viés generificado  
das inseguranças hídricas ao se deparar com falas de seus interlocutores que diziam  
que as mulheres precisavam de mais água:

Em porcentagem, enfrento cerca de 8\% dos problemas com a água; 92% é enfrentado pela minha esposa [...] porque ela precisa de mais água. [...] eu só vou para a serra [com as ovelhas]. Ela se levanta às 4 da manhã; ela começa a fazer leite, queijo e iogurte. Então ela começa a fazer o café da manhã. [...] Depois disso ela começa a limpar, lavar a roupa, dar banho nas crianças e depois fazer o almoço para mim e meus filhos. [...] À noite, ela me ajuda a colocar comida para os animais. O dia todo ela é como uma máquina. Ela trabalha das 4 da manhã até a meia-noite. (RUDOLPH ,2020)

Os altos preços são uma reclamação constante e um fator que afeta profundamente a busca pela água. Saara me relata que o caminho que a água encanada toma a torna mais cara "ela é puxada dos lençóis do Estado palestino, levada para Israel e vendida novamente para os palestinos". Para ela, essa água é roubada dos palestinos e gera um enorme lucro para Israel porque "a gente paga bem mais caro do que iria pagar se eles não roubassem essa água". O valor do metro cúbico de água na Cisjordânia fica entre 4 e 10 dólares, e em muitos casos a conta de água toma quase metade da renda mensal das famílias. Quando o gasto não está na conta pela falta de encanamento, está no aluguel e no combustível gastos para buscar a água com caminhões. Além disso, as águas de maior qualidade são de uma profundidade maior, e bombear essa água exige um enorme gasto.

Esse imbricamento de dificuldades que envolvem a busca pela água levam a uma constante insegurança hídrica. A água encanada não se sabe quando vai chegar. Quando chega, nem sempre a pressão é suficiente, e os custos de armazenamento e da conta são extremamente altos. Sem água encanada, o processo de busca pela água em caminhões ou à pé toma toda a rotina das famílias, que precisam calcular os gastos, o caminho que essa água pode percorrer e como ela deve ser usada da melhor forma dentro de casa, economizando em todas as funções do dia a dia. Tudo isso é caro e perpassado por dificuldades impostas pela ocupação: a água vendida pela *Mekorot* que pode ser cortada a qualquer momento, os checkpoints e o muro que atrapalham a circulação, além do sistema de licença e permissões que retêm caminhões e destroem tanques e cisternas.

Na construção dessa rotina em função da água na Palestina, deve sempre levar em consideração que todo o trabalho pode ser atrasado por conta das violências da ocupação. A destruição da rede de água acontece durante operações militares, como sabotagem e retaliação ou quando as infraestruturas foram construídas sem as difíceis permissões do JWC. É uma insegurança que perpassa a busca, a manutenção e os reparos da rede de água, e que levam à uma necessidade de constante reconstrução do abastecimento das casas e de toda a infraestrutura de água.

A violência da ocupação é reproduzida por meio das infraestruturas, com o controle no deslocamento, dos documentos e da rede hídrica, e através dela, com a  
destruição desses sistemas e principalmente das alternativas à eles que os palestinos  
encontram. A guerra total se dilui e se transforma por meio das infraestruturas  
urbanas, violando a vida e o cotidiano da população palestina longe dos olhares  
atentos das câmeras, para os quais somente a espetacularidade da guerra chama  
atenção. Essa violência infraestrutural reorganiza a rotina das mulheres palestinas  
constantemente a partir da imprevisibilidade. Saara relata que "eles querem que o  
seu psicológico viva 24h em um estado deplorável "porque "você sempre sente que  
a qualquer momento vai acontecer algo". Mas em meio a todo esse horror, a vida  
continua encontrando formas de se reproduzir, as pessoas continuam acordando,  
indo trabalhar, indo à escola, universidade. Seja como resistência ou por estarem  
"aprendendo a viver com isso", como diz Lilah, a vida continua todos os dias em  
meio à ocupação na Palestina.

# REFERÊNCIAS

ACORDOS DE OSLO. Oslo Accords. 1995. <https://israeled.org/resources/ documents/oslo-accords/>. Acesso em 27 de julho de 2022.

ANAND, N. Hydraulic city: Water and the infrastructures of citizenship in Mumbai. [S.l.]: Duke University Press, 2017.

BUTLER, J. Vida precária: os poderes do luto e da violência. [S.l.]: Autêntica Business, 2019.

CAVALCANTI, M. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 1, n. 1, p. 35–59, 2008.

DAS, V. Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário. [S.l.]: Editora Unifesp, 2020. 2, 3,

ENLOE, C. Maneuvers. [S.l.]: University of California Press, 2000.

GOMES, S. d. S. R. Oportunidades políticas e estratégias militantes em contextos de violência rotinizada: uma comparação entre a Zona Oeste do Rio de Janeiro (Brasil) e Guerrero (México). Tese (Doutorado) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

GRAHAM, S. Bulldozers and bombs: the latest palestinian–israeli conflict as asymmetric urbicide. Antipode, Wiley Online Library, v. 34, n. 4, p. 642–649, 2002.

HUBERMAN, B. A colonização neoliberal de Jerusalém após Oslo: desenvolvimento, pacificação e resistência em Palestina/Israel. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2020.

INTERNACIONAL, A. Troubled Waters: Palestinians denied fair acess to water. 2009. <https://www.amnestyusa.org/troubled-waters-palestinians-denied-fair-access-to-water/#:~:text=The%20report%2C%20%E2%80%9CTroubled%20Waters%3A,access%20to%2020%20per%20cent.> Acesso em 27 de maio de 2022.

LARKIN, B. Políticas e poéticas da infraestrutura. Revista Anthropológicas, v. 31, n. 2, 2020.

MBEMBE, A. Necropolítica. [S.l.]: n-1 edições, 2003.

NIXON, R. Slow Violence and the Environmentalism of the Poor. [S.l.]: Harvard University Press, 2011.

PCBS. Average Consumer Prices in Palestine for Selected Energy Types by Month, 2017. 2018. <https://www.pcbs.gov.ps/Portals/\_Rainbow/Documents/EnergyPrice-2017-5E.html>. Acesso em 06 de julho de 2022.

PIEROBON, C. Fazer a água circular: tempo e rotina na batalha pela habitação. Mana, SciELO Brasil, v. 27, 2021.

RUDOLPH, M. Water governance under occupation : A contemporary analysis of the water insecurities of Palestinians in the Jordan Valley, West Bank. Tese (Doutorado) — International Institute of Social Studies of Erasmus University (ISS), 2020.

SELBY, J. Cooperation, domination and colonisation: The israeli-palestinian joint water committee. Water Alternatives, Water Alternatives Association, v. 6, n. 1, p. 1, 2013. 8

SIMONE, A. People as infrastructure: Intersecting fragments in johannesburg. Public culture, Duke University Press, v. 16, n. 3, p. 407–429, 2004. 11

TRUELOVE, Y.; RUSZCZYK, H. A. Bodies as urban infrastructure: Gender, intimate infrastructures and slow infrastructural violence. Political geography, Elsevier, v. 92, p. 102492, 2022. 11, 12

WEIZMAN, E. The Politics of Verticality. 2002. <https://www.opendemocracy.net/en/article\_801jsp/>. Acesso em 20 de maio de 2022.

WEIZMAN, E. Hollow land: Israel’s architecture of occupation. [S.l.]: Verso books, 2012.

1. Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022. [↑](#footnote-ref-1)
2. Mestranda em Sociologia no IESP-UERJ. Email: [giovannamonteiro@iesp.uerj.br](mailto:giovannamonteiro@iesp.uerj.br) [↑](#footnote-ref-2)
3. Os nomes utilizados ao longo desse trabalho são fictícios como forma de proteger a identidade das interlocutoras [↑](#footnote-ref-3)
4. A *Mekorot* é uma empresa Israelense de águas que é responsável pela distribuição e venda de  
   água nos territórios ocupados [↑](#footnote-ref-4)
5. Principalmente terras dos palestinos que fugiram durante a Guerra dos Seis Dias e perderam  
   os direitos sobre a propriedade. Mas além disso, as terras também são expropriadas sob a  
   justificativa de segurança nacional (WEIZMAN, 2012) [↑](#footnote-ref-5)
6. Aquífero que perpassa Israel e o Território Palestino. [↑](#footnote-ref-6)
7. O JWC tem um número igual de representantes israelenses e palestinos, ambos possuem direito  
   a veto e as decisões devem ser alcançadas por consenso, no entanto, a assimetria de poder entre  
   as partes leva a uma subutilização do comitê [↑](#footnote-ref-7)
8. A título de comparação, 1 shekel israelense equivale a 1,53 real brasileiro na cotação de julho de  
   2022 [↑](#footnote-ref-8)
9. A média anual do valor da gasolina (a partir do survey feito em 2017) é cerca de 5,98 NIS (R$  
   8,58) e do diesel 5,59 (R$ 9,17) NIS (PCBS, 2018) [↑](#footnote-ref-9)